

# OAB condena proposta de salvaguarda da ESG

BRASÍLIA — Irritado, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, condenou ontem a proposta de criação do "estado de recessão econômica", salvaguarda constitucional proposta pela Escola Superior de Guerra à Constituinte. Bastos alega que ela fortalece a doutrina de Segurança Nacional inspirada no regime autoritário. Para a OAB, a própria doutrina defendida pela ESG, desde sua criação, "já começou de uma premissa equivocada sobre a realidade brasileira".

A posição da OAB foi levada pelo seu Presidente à Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade de sua Segurança, onde também foi entregue a proposta da ESG. Márcio Bastos condenou o excesso de salvaguardas da atual Constituição e defendeu a manutenção apenas do Estado de Sítio e do "estado de alarme", este último previsto no anteprojeto da Comissão Afonso Arinos.

O Presidente da OAB defendeu a extinção do Conselho de Segurança Nacional, por considerá-lo tutor ilegítimo das aspirações nacionais e dos objetivos permanentes da Nação. Para Márcio Bastos, o Conselho de Segurança Nacional se arroga a determinar o que a Nação considera seus objetivos permanentes. Segundo sua exposição à Subcomissão, as salvaguardas constitucionais atuais colocam o Estado em posição de defesa diante da Nação, quando o correto seria que ele dispusesse de mecanismos para enfrentar ameaças concretas.

O Presidente da OAB disse que o regime autoritário sufocou a cidadania brasileira e teve como consequência a "violência recíproca" durante sua vigência.

No momento em que se fecha a possibilidade de qualquer defesa do cidadão e portanto à sociedade, coloca-se como única opção a saída violenta, até porque o cidadão nem sabia, às vezes, por que estava sendo condenado ou acusado — disse.

Essa posição valeu a Márcio Bastos uma longa discussão com o Deputado e Brigadeiro Otomar de Souza

Pinto, ex-Governador de Roraima, que interpretou-a como revanchismo. Mais adiante, o Presidente da OAB insistiu em que se extinguisse o CSN e se limitasse seu papel ao Conselho de Estado, a ser incluído na próxima Carta.

Do jeito que está hoje, fica a critério do CSN e do Gabinete Militar do Presidente da República discernir sobre o que é o melhor, o ideal para a Nação, sem que essa se manifeste — afirmou.

O Presidente da OAB defendeu ainda a atuação constitucional das Forças Armadas na ordem interna, mas nos moldes previstos pelo anteprojeto da Comissão Arinos. Ou seja, restringir ao máximo a interferência das Forças Armadas internamente, limitando-a praticamente a conter focos de rebelião dos próprios militares ou a conflitos entre Estados e a Federação. Ele condenou também a inclusão de capítulo destinado à desobediência civil na futura Carta, argumentando que seria o reconhecimento antecipado da falência do texto em elaboração.

O ex-Presidente da OAB, jurista Raimundo Faoro, também repudiou a proposta de "estado de recessão econômica" apresentada pela ESG à Constituinte, por considerá-la "inviável e perigosa". Segundo ele, no caso de aceitação da proposta "estará sendo constitucionalizada uma ditadura que provocará a inação do Legislativo".

— A tendência — explicou Faoro — é reservar essas matérias para a legislação ordinária. Mas quando se tenta abolir o decreto-lei para não se dar superpoderes ao Presidente da República, não se pode considerar uma proposta como essa da ESG.

A criação do "Conselho de Estado", na forma proposta pela Escola Superior de Guerra também não teve o apoio de Raimundo Faoro, que considera a ideia "uma excrecência aristocrática".

— Isso não tem nenhum teor de realismo político — concluiu o jurista.



Lara Resende ataca os bancos oficiais. Ao fundo, o Relator Serra e o ex-Ministro Francisco Dornelles conversam

## Serra prega controle da economia pelo Congresso

BRASÍLIA — O Relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, Deputado José Serra, propôs ontem que seja assegurado ao Congresso um mecanismo de controle que permita ao Legislativo sustar medidas de impacto do Executivo no setor econômico-financeiro, especialmente as que envolvam despesas orçamentárias.

Serra deu como exemplo as medidas de socorro aos Estados anunciadas quarta-feira pelo Ministro Funa-ro, e que, segundo calcula, importam em CZ\$ 120 bilhões. Lembrou também a utilização de 500 mil dólares pelo ex-Governador de São Paulo, Paulo Maluf, para prospecção de petróleo, sem que a Assembleia Legislativa tivesse sido consultada.

— O Legislativo não tem participa-

ção nas decisões econômico-financeiras, é apenas um Poder demandante, que solicita coisas. E preciso dar ao Legislativo um mecanismo flexível e rápido para intervir principalmente nas decisões que acarretam investimentos públicos — afirmou Serra.

O desprestígio do sistema bancário oficial foi um dos principais argumentos contra a proposta de estatização dos bancos no Brasil, discutida ontem na Comissão. Os economistas André Lara Resende, Dércio Garcia Munhoz e Carlos Langoni manifestaram-se contra a estatização, propondo a manutenção do sistema atual com modificações: descentralização e fim do sistema de cartas-patentes.

Lara Resende foi o mais duro: disse que os bancos estatais são responsáveis por um número muito maior de escândalos, "rombos" e processos

fraudulentos do que os particulares. Ele só abriu exceção para o Banco do Brasil e "um ou dois bancos estaduais". Foi apoiado pelos demais deputados.

Munhoz disse temer que a estatização seja um instrumento de autoritarismo do Estado e citou o exemplo do falecido Senador Teotônio Vilela, que teve o crédito para sua usina cortado por motivos políticos. Sugeriu a manutenção do sistema misto — privado e estatal — sob controle efetivo do Congresso e com o fim da concentração excessiva, que a seu ver resultou em oligopólio.

Langoni acha que os exemplos mais recentes de estatização — Portugal e França — fracassaram, e que, se o adotasse, o Brasil "entraria na contramão da História".

## Constituintes concluem que regime atual é insustentável

BRASÍLIA — O presidencialismo atual não serve mais ao País, concluíram os integrantes das Subcomissões do Poder Executivo e do Poder Legislativo, subordinadas à Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Eles se reuniram ontem para tentar dar organicidade aos trabalhos relativos ao tema Sistema de Governo que, por ser afeto aos dois Poderes, deve ter encaminhamento conjunto.

A conclusão de que o presidencialismo praticado no Brasil é insustentável veio depois de uma sugestão do Deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ): em vez de se polarizar a discussão entre presidencialistas e parlamentaristas, a Comissão devia procurar reunir propostas sobre a questão que irão, conseqüentemente, resultar na definição e caracterização do sistema de Governo.

— Se começarmos a rotular, vai ser difícil deslanchar — concordou o Relator da Subcomissão do Poder Legislativo, Deputado José Jorge (PFL-PE).

A partir dessa premissa, a discussão fluiu. Presidencialistas e parlamentaristas apresentaram sugestões

visando, nitidamente, a fortalecer o Congresso. O restabelecimento das prerrogativas, perdidas durante o período autoritário, foi tese que transitou por todos os partidos. O resultado, segundo o entendimento de alguns parlamentares, seria um sistema parlamentarista híbrido, adequado à realidade nacional.

— Começando a discussão pelo varejo, chegaremos mais facilmente a uma fórmula ideal e viável para o Brasil — argumentou Miro.

Entre as fórmulas para fortalecer o Legislativo, as que mereceram mais simpatia dos integrantes das duas Subcomissões referem-se às comissões técnicas do Senado e da Câmara, que funcionam de forma permanente mas encontram-se praticamente destituídas de poderes. Sugestões conferindo a tais comissões poderes de convocar Ministros à revelia do plenário do Congresso e de fiscalizar efetivamente a atuação do Ministério, bem como a prerrogativa de dar voto de desconfiança a ministros, repercutiram bem na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

## Crianças pedem punição adequada contra agressões físicas por adultos

BRASÍLIA — Os gritos, correrias e cantorias das crianças ocuparam ontem o salão negro do Congresso Nacional. Elas foram levar a Assembleia Nacional Constituinte reivindicações bem simples: "Mais carinho, espaço para brincadeiras e mais escolas". Organizadas por grupos de assistência ao menor e pela Comissão Nacional da Criança e Constituinte, elas entregaram ao Presidente da Assembleia, Deputado Ulysses Guimarães, através do Coordenador da Comissão no Distrito Federal, Vital Didonet, um documento intitulado "A Criança e o adolescente", contendo propostas dessas instituições.

Num discurso inflamado, Ulysses



Ulysses Guimarães abraça uma criança no Congresso

falou que de todas as reuniões com os diversos segmentos que formam a sociedade, aquela era a mais significativa, por ser "uma reunião para o futuro". Ele afirmou esperar que a futura Constituição "reúna a experiência do passado para, de forma atualizada, redigir um texto constitucional que atenda às necessidades

## Dornelles pede eleições diretas em dois turnos

BRASÍLIA — O Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) apresentou ontem à mesa da Assembleia Nacional Constituinte proposta estabelecendo eleições diretas, em dois turnos, para todos os níveis do Poder Executivo, inclusive Governadores e prefeitos. O segundo turno será realizado quando no primeiro nenhum candidato conquistar a maioria absoluta. A vantagem do sistema é assegurar ao governante apoio efetivo da maioria.

A emenda número 25, de 1985, adotou a previsão de dois turnos para a escolha do Presidente e Vice-Presidente da República, mas não se manifestou sobre os demais cargos. O sistema já havia sido instituído no Brasil pela Constituição de 1961, mas com o segundo turno por via indireta, cabendo ao Congresso escolher entre os dois mais votados no primeiro. Dornelles optou, na apresentação de sua proposta, por sistema semelhante ao que vigora em Portugal e na França. O projeto prevê casos específicos do funcionamento do segundo turno, para não deixar dúvidas de interpretação.

A segunda votação será realizado 45 dias depois da primeira, entre os dois candidatos mais votados, bastando então a maioria simples. Na hipótese de desistência, os dois concorrentes serão os mais votados entre os remanescentes. No caso de não restarem concorrentes — por morte, impedimento ou desistência — será convocado novo processo eleitoral.

As eleições de Governador, prefeito e seus vices seguirão as mesmas normas das presidenciais. O candidato a vice será considerado eleito pela vitória daquele com o qual foi registrado.

## Consumidor faz proposta com 30 mil assinaturas

BRASÍLIA — Representantes de mais de 20 entidades entregaram ontem ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, proposta para introduzir na futura Constituição um mecanismo que garanta os interesses dos consumidores. A proposta cumpriu as exigências do Regimento Interno: reuniu mais de 30 mil assinaturas.

Acompanhados de vários políticos, os participantes do 8º Encontro Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor, que se realiza em Brasília, também entregaram a Ulysses uma moção pedindo a demissão do Ministro da Saúde, Roberto Santos. Na ante-sala do gabinete, estenderam uma faixa: "Troca-se o Ministro Roberto Santos pela melhoria da saúde brasileira".

— O consumidor é o povo. Ou servimos ao povo ou servimos às elites. Tudo o que se produz numa Constituinte deve ter o primado das forças da coletividade — disse Ulysses, que acrescentou: "Não me vejam como um constituinte, mas como um consumidor igual a vocês, zelando, até por egoísmo, pelo meu interesse, de minha mulher e de meus filhos".

## Subcomissão é favorável ao retorno à estabilidade e examina fim do FGTS

BRASÍLIA — A volta da estabilidade no emprego, com o fim do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, deverá ser aprovada pela Constituinte. Os integrantes da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores aprovaram ontem uma proposta do Deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), que será apreciada na Comissão de Direitos e Garantias, assegurando como preceito constitucional que o emprego seja considerado um bem essencial à vida do trabalhador.

O Deputado Júlio Costamilan (PMDB-RS) vai propor que a estabilidade seja garantida ao trabalhador desde o momento de sua admissão no emprego, independentemente de um fundo que seria recolhido pelo empregador para ser sacado pelo empregado somente em casos de extinção da empresa, aposentadoria ou compra de casa própria.

A justificativa para a proposta é a de que, desde que o FGTS foi instituído, em 1967, tem servido como instrumento dos empresários para demitirem indiscriminadamente. Costamilan lembrou que qualquer can-

didato a um emprego é obrigado a optar.

O Presidente da Subcomissão, Deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), favorável à estabilidade, ainda pretende estudar uma alternativa a determinadas áreas, como a da construção civil, de grande rotatividade, em que seriam aplicados contratos de serviço por tempo determinado, com recolhimento do Fundo de Garantia. A preocupação com esse mecanismo, expressada por Costamilan, é de que sirva para burlar o preceito da estabilidade em outras atividades.

Apesar de a maioria na Subcomissão rejeitar a manutenção do FGTS, o Deputado Osvaldo Bender (PDS-RS) disse que será difícil para as microempresas sustentar um quadro de empregados estáveis, tendo em vista sua vulnerabilidade às mudanças constantes da economia nacional. Com esse argumento, ele defendeu o Fundo de Garantia em determinados casos, abrindo outras possibilidades como a participação nos lucros da empresa e o salário-desemprego.